**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PRESENCIAL**

**EDITAL 09/2025**

**DISPENSA Nº: 09/2025**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 103/2025**

# A. REGÊNCIA LEGAL

Este processo está fundamentado na Lei nº 14.133/2021, Art. 75, Inciso II.

**B. MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA DISPENSA PRESENCIAL: A Câmara** Municipal de Extrema, através de seu presidente, Rafael Silva de Souza Lima, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 14.133/2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação por dispensa de licitação, presencial, nos termos do art. 75 da referida norma legal, para o seu objeto.

# C. INFORMAÇÕES GERAIS

DATA E HORA LIMITE PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

**Até o dia 25 de julho de 2025, às 17h.**

REFERÊNCIA DE HORÁRIO:

Horário Oficial de Brasília (DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO:

licitacaoextrema@yahoo.com.br

# D. ANEXOS DISPONÍVEIS

- Anexo I: Proposta de Preços

- Anexo II: Termo de Referência

- Anexo III: Estudos Técnicos Preliminares

- Anexo IV: Relação de Documentos Habilitação

- Anexo V: Planilha Estimada de Formação de Preços com Análise Crítica dos Dados Coletados (Preços Máximos)

- Anexo VI: Mapa de Risco

- Anexo VII: Declaração Conjunta

**E. JUSTIFICATIVAS**

A contratação ora proposta justifica-se tecnicamente pela necessidade de realizar intervenções físicas pontuais no imóvel recém-locado pela Câmara Municipal de Extrema, que abrigará a nova sede da Unidade de Atendimento Integrado – UAI, o PROCON Câmara e a Casa do Cidadão. As adequações requerem o uso de materiais específicos de construção civil, tais como cimento, areia, pedrisco, aditivos para argamassa, tijolos, madeiras, tubos, conexões e elementos metálicos, indispensáveis para garantir a segurança estrutural, a funcionalidade dos ambientes e o atendimento às normas de acessibilidade, salubridade e infraestrutura mínima exigida para o pleno funcionamento das unidades. Além disso, os materiais listados são necessários para executar serviços como reforço de alvenaria, ajustes em redes hidráulicas e de drenagem, instalações de suportes e estruturas metálicas, bem como pequenos reparos e melhorias que não foram contemplados na configuração original do imóvel. A especificação precisa dos itens considera sua compatibilidade técnica e adequação ao tipo de intervenção planejada, sendo indispensáveis para a viabilidade operacional dos serviços públicos que serão prestados no local. Dessa forma, a contratação assegura a integridade das obras a serem executadas, reduz riscos operacionais e proporciona condições adequadas para o atendimento eficaz à população.

A contratação dos materiais por meio de processo exclusivo para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas representa uma medida de racionalidade e economicidade para a Administração Pública, uma vez que favorece a obtenção de preços mais competitivos no mercado local, reduz custos logísticos com transporte e entrega, e estimula a concorrência entre pequenos fornecedores. Além disso, ao permitir que os recursos públicos circulem na própria região, promove-se o fortalecimento da economia local, incentivando a geração de empregos e o desenvolvimento sustentável. Ressalta-se que a aquisição direta dos materiais, em detrimento da contratação de empreitada global, possibilita maior controle da qualidade e quantidade dos insumos utilizados nas intervenções, permitindo à Administração uma gestão mais eficiente dos recursos aplicados. A aquisição fracionada e sob demanda também evita desperdícios e possibilita ajustes técnicos durante a execução, assegurando o melhor aproveitamento financeiro dos recursos públicos. Assim, a medida atende ao princípio da economicidade, previsto na legislação vigente, otimizando o investimento e garantindo retorno social com menor custo.

A contratação em questão contempla uma diversidade de materiais de construção com especificações distintas, porém interdependentes, todos necessários para a realização das reformas e adequações no imóvel que sediará a Unidade de Atendimento Integrado – UAI, o PROCON Câmara e a Casa do Cidadão. Ainda que os itens sejam tecnicamente distintos, optou-se por **não realizar o parcelamento da contratação**, tendo em vista a inter-relação direta entre os materiais, que serão utilizados de forma conjunta e integrada em uma única frente de obra. Nesse cenário, observa-se que a adoção do critério de **menor preço global**, em detrimento da adjudicação por item, se justifica técnica, administrativa e economicamente. No caso concreto, a **fragmentação da adjudicação por item se mostra contraproducente**, uma vez que os materiais possuem clara inter-relação de uso, exigem compatibilidade técnica (sobretudo quanto a tintas, acessórios e ferramentas) e são adquiridos para serem aplicados de forma conjunta, o que demandaria uma gestão logística significativamente mais complexa se fornecidos por empresas distintas. A adjudicação por item, nesse caso, **geraria aumento de custos indiretos para a Administração**, como a multiplicidade de notas fiscais, entregas, conferências, análises de conformidade e recebimentos, o que comprometeria a economicidade e a eficiência — princípios basilares da Administração Pública, conforme insculpidos no **art. 37, caput, da Constituição Federal.** Além disso, a adjudicação por menor preço global proporciona ganhos de **escala,** uma vez que a empresa vencedora poderá obter melhores condições de fornecimento, transporte e organização dos materiais, reduzindo o custo final da contratação. Isso corrobora o interesse público, ao permitir o melhor aproveitamento dos recursos financeiros e operacionais da Administração. Por fim, ressalta-se que o objeto da contratação é indivisível do ponto de vista funcional e logístico, dada a sua **finalidade comum,** o que inviabiliza o fracionamento sem prejuízo à execução do serviço, **não se tratando, portanto, de afronta ao princípio da competitividade** ou da isonomia entre os licitantes. Diante do exposto, a adoção do critério de julgamento pelo **menor preço global** se apresenta como a solução mais adequada, eficaz e econômica à Administração, estando plenamente alinhada aos princípios da **eficiência, economicidade, razoabilidade e interesse público.**

 A opção pela exigência apenas dos documentos mínimos de habilitação jurídica, fiscal e econômico-financeira, conforme previsto na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021, justifica-se pela natureza da contratação e pela busca de maior celeridade, simplicidade e eficiência no processo de compras públicas, sem prejuízo à segurança jurídica e ao interesse público. Trata-se de contratação de baixo valor e risco reduzido. Exigir apenas os documentos essenciais evita onerar desnecessariamente os fornecedores, em especial Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, incentivando sua ampla participação e assegurando o caráter competitivo do certame. Ademais, a exigência dos documentos mínimos atende plenamente aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade, permitindo à Administração alcançar o resultado esperado com observância dos requisitos legais, sem criar barreiras excessivas à participação dos interessados. A simplificação documental, portanto, não compromete a regularidade do procedimento, mas o torna mais ágil, acessível e eficiente.

A presente contratação atende ao interesse público na medida em que viabiliza a implantação e funcionamento da nova sede da Unidade de Atendimento Integrado – UAI, do PROCON Câmara e da Casa do Cidadão, serviços essenciais voltados diretamente à população, com foco no atendimento humanizado, na proteção dos direitos do consumidor e no acesso facilitado a diversos serviços públicos. Ao permitir a execução das adaptações necessárias no imóvel locado, a contratação assegura a adequada prestação dos serviços, promovendo inclusão, cidadania, eficiência administrativa e melhoria da qualidade do atendimento à comunidade, alinhando-se aos princípios constitucionais da Administração Pública, notadamente os da legalidade, eficiência e interesse social.

1. **OBJETO**

**Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para fornecimento de: **ITEM 01** – 50 (cinquenta) sacos CIMENTO CP2, SACO 50KG; **ITEM 02** – 10 (dez) M³ de areia média; **ITEM 03** – 05 (cinco) M³ de pedrisco misto; **ITEM 04** – 03 (três) unidades de 18 L de aditivo plastificante concentrado para argamassa; **ITEM 05** – 03 (três) unidades de 18 KG de adesivo de alto desempenho para argamassas e chapiscos (resina sintética); **ITEM 06** – 50 (cinquenta) unidades de tijolinhos de barro maciço, medidas aproximadas 4,3x9,1x18 cm; **ITEM 07** – 10 (dez) unidades de tábuas de pinus. Medidas aproximadas: largura 30cm, comprimento 03m; espessura: 02 cm; **ITEM 08** – 01 (uma) unidade de vergalhão de ferro redondo 3/8 – 10mm. Comprimento: 12 metros; **ITEM 09** – 01(uma) unidade de 01 kg de adesivo estrutural de base epóxi média fluidez; **ITEM 10** – 05 (unidades) de barras de 06 metros de tubo de esgoto 40mm; **ITEM 11** – 05 (cinco) unidades de anel de vedação de borracha para tubo de esgoto 40mm; **ITEM 12 –** 01 (um) frasco com 175g de cola para PVC; **ITEM 13** – 02 (duas) unidades de madeirite plastificado, medidas aproximadas 2m20cmx 1m10cm. Espessura 10mm; **ITEM 14** – 03 (três) unidades de grelha de ferro para drenagem. Mecidas: largura 20cm x 1m de comprimento; **ITEM 15** – 02 (duas) unidades de barras de 06m de tubo galvanizado redondo 2” espessura 1,25; **ITEM 16** – 01 (uma) unidade de barra de 06 m de tubo galvanizado redondo 1.1/4”, espessura 1,25; **ITEM 17** – 02 (duas) unidades de barras de 06 m de metalon galvanizado retangular. Medidas: 50x30 mm. Espessura 1,25; **ITEM 18** – 04 (quatro) unidades de barras de 06 m de metalon galvanizado. Medidas: 50x20mm. Espessura 1,25; **ITEM 19** – 04 (quatro) unidades de cotovelo galvanizado 1.1/4”; **ITEM 20** – 04 (quatro) unidades de disco de corte diamantado para multimaterial de 4.1/2”; **ITEM 21** – 01 (uma) unidade de disco Flap grão 40 de 4.1/2”; **ITEM 22** – 0,5 Kg de eletrodo 6013 2.1/2”.

1. **REGIME DE EXECUÇÃO / DO CONTRATO**
	1. Regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, entrega imediata. Entrega imediata é aquela que deve ocorrer em até 30 dias do recebimento da Autorização de Fornecimento (A.F.).
	2. Contrato: Não será celebrado contrato. A Nota de Empenho servirá de termo de Contrato entre as partes para todos os efeitos.

|  |
| --- |
| **2.3 DADOS ESSENCIAIS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO** |
| VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO  | R$ 10.300,41 (dez mil e trezentos reais e quarenta e um centavos). |
| DATA E HORÁRIO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DCOUMENTOS DE HABILITAÇÃO | Em 25 de julho de 2025, às 17 horas – horário de Brasília. |
| LINKS / SITES PARA DOWNLOAD DO EDITAL NA ÍNTEGRA | <https://www.gov.br/compras/pt-br><https://www.camaraextrema.mg.gov.br/licitacoes/><https://cmextrema-mg.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=34> |
| E-MAIL PARA SOLICITAÇÃO DÚVIDAS / ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÃO | licitacaoextrema@yahoo.com.br |
| E-MAIL PARA SOLICITAÇÃO DO EDITAL DE AVISO DE DISPENSA | licitacaoextrema@yahoo.com.br |
| TELEFONE SETOR DE LICITAÇÕES | 35 3435 2623 |
| CRITÉRIO DE JULGAMENTO | Menor preço global |
| MODE DE DISPUTA | Aberto |
| PREFERÊNCIA EXCLUSIVA PARA ME/EPP OU EQUIPARADAS | SIM |
| LOCAL DE ENTREGA | UAI – EXTREMA - Rua Antônio Onisto, nº 41, Centro, em Extrema, MG. |
| DA DATA DE ENTREGA | Entrega imediata. Os produtos devem ser entregues no prazo máximo de 30 dias corridos a partir da data de recebimento da A.F. (Autorização de Funcionamento). |
| AMOSTRA | NÃO será exigida. |

1. **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
	1. Poderão participar desta Dispensa de Licitação, pessoa jurídica, ME, EPP ou Equiparadas, regularmente estabelecidas no país que atenda às condições exigidas neste Aviso e seus anexos, **devendo pertencer ao ramo da atividade pertinente e compatível com o objeto pretendido**.
	2. Só será permitido um representante por empresa;
	3. Não poderão participar desta Dispensa de Licitação os interessados:

3.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.3.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O impedimento de que trata o item 3.4.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.5 e 3.4.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7. O disposto nos itens 3.4.5 e 3.4.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.9. A vedação de que trata o item 3.4.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

1. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**Dotação:** 3.3.90.30.24

**Ficha:**16

**Resumo:** MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS

1. **PRAZO E FORMA PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO**
	1. PRAZO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS: Este Aviso de Dispensa de Licitação ficará aberto por um período de 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, no mínimo, contados a partir da data da publicação no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas). Este aviso também será publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal de Extrema: <https://camaraextrema.mg.gov.br/diario-oficial/>
	2. A proposta de preços e os documentos de habilitação, deverão ser encaminhados via e-mail, para o endereço eletrônico: licitacaoextrema@yahoo.com.br, fazendo referência no assunto do e-mail a DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 09/2025 ou entregues na sala da secretaria administrativa da Câmara Municipal de Extrema no horário e prazo estabelecidos.
	3. Todos os e-mails serão respondidos como recebidos. É obrigação da licitante interessada confirmar o seu envio/recebimento. A Câmara Municipal de Extrema não se responsabiliza pelo não recebimento da proposta e dos documentos solicitados.
2. **PROPOSTA DE PREÇOS**
	1. A proposta de preços **deverá ser apresentada na forma, prazo e condições estipulados neste Aviso e seus anexos**.
	2. A proposta **deverá** ser redigida em papel timbrado da licitante interessada **em conformidade com o ANEXO I** deste aviso, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Aviso, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado; em Língua Portuguesa, e os valores com no máximo duas casas decimais.
3. O prazo de validade da proposta será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de entrega da mesma para todos os efeitos. Sendo apresentado prazo inferior, ou não sendo apresentado o prazo, o prazo de 120 (cento e vinte) dias valerá para todos os efeitos, salvo se o prazo apresentado for superior a cento e vinte dias. Neste caso, prevalecerá o prazo maior. De qualquer forma, é facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.
	1. A proposta de preços apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para a execução do objeto desta Dispensa de Licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços.
	2. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 120 (cento e vinte) dias.
	3. O prazo de 120 dias reflete um intervalo razoável para que a Administração tenha tempo suficiente para analisar a proposta, realizar diligências, eventualmente esclarecer pontos ou corrigir falhas, sem prejudicar a competitividade do certame. O prazo de 120 dias, portanto, não apenas observa as necessidades do processo licitatório, mas também assegura que os licitantes não sejam prejudicados por exigências desproporcionais. Ao manter esse prazo em 120 dias, independentemente de eventual transcrição de prazos menores por parte dos licitantes, está-se resguardando a estabilidade das propostas e a previsibilidade dos processos administrativos. A flexibilidade para que o prazo seja maior, caso o licitante estipule prazo superior, reforça a transparência e a competitividade, sem desvirtuar o interesse público.
	4. A proposta de preços que não estiver em consonância com as exigências deste Aviso será desclassificada. Bem como aquela que não apresente marca e modelo (quando exigíveis) ou apresente mais de uma marca ou modelo para o mesmo objeto.
	5. Os preços ofertados **não poderão exceder os preços máximos** constantes neste Aviso. **(ANEXO V).**

# 7.DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Para fins de comprovação de habilitação, deverão ser apresentados junto com a proposta de preços, os documentos **relacionados no Anexo IV** com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade.

# 8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

**a. PROPOSTAS DE PREÇOS**

i. As propostas apresentadas em conformidade com as exigências deste Aviso serão classificadas, sendo declarada vencedora aquela que apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL.**

ii. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem divergências em relação às exigências deste Aviso e seus anexos.

**b. HABILITAÇÃO**

i. Será habilitado o interessado que atender a todas as condições estabelecidas neste Aviso e em seus anexos.

ii. Será inabilitado o interessado que não atender às condições previstas neste Aviso e em seus anexos.

**9.OBRIGAÇÕES, INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos; bem como as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

9.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8 Quando não for possível a verificação da regularidade em Sistema de Cadastro de Fornecedores, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.18 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.19.1 Cumprir rigorosamente o proposto pela CONTRATANTE quanto a horários, local de realização, disponibilização de materiais aos participantes. E, em especial aos requisitos da contratação delineados na íntegra no Termo de Referência e ETP.

9.20. O licitante deve estar ciente de que, para participar do processo de dispensa ou ser contratado, apenas os documentos e informações que contenham dados pessoais e da pessoa jurídica exigidos por força da Lei serão solicitados. Os dados obtidos serão incorporados ao processo administrativo e utilizados na elaboração de contratos, empenhos, pagamentos e todas as atividades necessárias para garantir a perfeita execução e pagamento do objeto. É importante ressaltar que os contratos celebrados pela Câmara Municipal de Extrema são integralmente divulgados no Portal de Transparência, assim como todos os demais atos relacionados ao processo, que também são publicados nos sites oficiais e na imprensa oficial.

**9.21 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.21.1 São obrigações do Contratante:

9.21.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos; encaminhar para a Contratada todas as imagens e textos a serem impressos;

9.21.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.21.4 Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.21.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

9.21.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.21.7 Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

9.21.8 Aplicar a Contratada, sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

9.21.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

9.21.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.21.11 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

9.21.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

# INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

* + 1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:
1. der causa à inexecução parcial do contrato;
2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
3. der causa à inexecução total do contrato;
4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
5. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
9. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

* 1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
		1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
		2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
		3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
		4. Multa:
			1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
			2. compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
	2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;
	3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;
		1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação .
		2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
		3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
	4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
	5. Na aplicação das sanções serão considerados:
1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
2. as peculiaridades do caso concreto;
3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. os danos que dela provierem para o Contratante;
5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
	1. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
	2. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
	3. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
	4. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
	5. Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

# 10.DISPOSIÇÕES GERAIS

* 1. O interessado não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.
	2. O presente Aviso poderá ser revogado, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.
	3. O presente Aviso poderá ser anulado, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de oficio ou por provocação. A anulação do procedimento oriundo deste Aviso, não gera direito a indenização.
	4. Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pelo MUNICÍPIO.
	5. Ao apresentar a proposta de preços, o interessado declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta Dispensa de Licitação, quer direta ou indiretamente.
	6. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretratável, por parte do interessado, das exigências e condições estabelecidas neste Aviso e Termo de Referência.
	7. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação/inabilitação do interessado que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.
	8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Aviso, com fulcro no Art 183 da Lei Federal 14.133/2021, serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, observando-se as seguintes disposições:
1. Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;
2. Os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;
3. Nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.
	* 1. Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:
4. O primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet.

10.9 **Da subcontratação e da entrega:** É vedada a subcontratação do objeto. A empresa contratada será a única e integralmente responsável pela entrega do objeto contratado, devendo realizá-la diretamente na sede da Câmara Municipal de Extrema, situada no endereço Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, bairro Ponte Nova, em Extrema, MG, sem qualquer custo adicional para a Administração Pública. Fica vedada a prática de triangulação, entendida como o repasse da obrigação de fornecimento a terceiros estranhos à contratação, inclusive representantes, revendedores ou distribuidores não vinculados diretamente à licitante vencedora. O descumprimento desta cláusula acarretará as sanções previstas neste instrumento, sem prejuízo da rescisão contratual por inexecução total ou parcial do objeto.

1. **DA VIGÊNCIA:** Não será celebrado contrato. A nota de empenho servirá de termo de contrato entre as partes para todos os seus efeitos.
2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**I – HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**II – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – **CNPJ**/MF;
2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
3. Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da **União**;
4. Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei n° 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes;
5. Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
6. Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

**III – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
2. Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

**IV – DECLARAÇÃO CONJUNTA:** Deverá ser apresentada em conformidade com o anexo deste aviso. (ANEXO VII).

**DA APROVAÇÃO DESTE EDITAL DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Extrema, MG, 18 de julho de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

TAMIRES NUNES DA SILVA ALBERTINI

DIRETORA GERAL

 **DESPACHO**

APROVO, na íntegra, esse EDITAL DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA

PRESIDENTE

# ANEXO I – PROPOSTA DE PREÇOS

Dados da empresa e de seu representante legal:

**Empresa:**

RAZÃO SOCIAL: XXX

CNPJ: XXX

INSCRIÇÃO ESTADUAL: XXX

PROCESSO Nº.: 124/2024

DISPENSA Nº.: 14/2024

E-MAIL:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **MARCA** | **VALOR UNIT.** | **QUANT.** | **VALOR GLOBAL**  |
| 01 | CIMENTO CP2 - SACO 50KG |  |  | 50 SACOS 50KG |  |
| 02 | AREIA MÉDIA - METROS CÚBICOS |  |  | 10 M³ |  |
| 03 | PEDRISCO MISTO - METROS CÚBCOS |  |  | 5 M³ |  |
| 04 | ADITIVO PLASTIFICANTE CONCENTRADO PARA ARGAMASSA - 18 LITROS |  |  | 3 UNIDADES 18L |  |
| 05 | ADESIVO DE ALTO DESEMPENHO PARA ARGAMASSAS E CHAPISCOS. (RESINA SINTÉTICA) - 18 KG |  |  | 3 UNIDADES 18KG |  |
| 06 | TIJOLINHO DE BARRO MACIÇO. MEDIDAS APROXIMADAS: 4,3 X 9,1X 18CM |  |  | 50 UNIDADES |  |
| 07 | TÁBUA DE PINUS. MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA: 30 CM, COMPRIMENTO: 3M, ESPESSURA: 2 CM |  |  | 10 UNIDADES |  |
| 08 | VERGALHÃO DE FERRO REDONDO 3/8- 10MM - COMPRIMENTO: 12M |  |  | 1 UNIDADE |  |
| 09 | ADESIVO ESTRUTURAL DE BASE EPÓXI MÉDIA FLUIDEZ – 1KG |  |  | 1 UNIDADE 1KG |  |
| 10 | TUBO DE ESGOTO 40MM – BARRA DE 6M  |  |  | 5 UNIDADES 6M |  |
| 11 | ANEL DE VEDAÇÃO DE BORRACHA PARA TUBO DE ESGOTO 40MM |  |  | 5 UNIDADES |  |
| 12 | COLA PARA PVC – 175G |  |  | 1 FRASCO 175G |  |
| 13 | MADEIRITE PLASTIFICADO. MEDIDAS APROXIMADAS: 2M20CM X 1M10CM. ESPESSURA: 10MM |  |  | 2 UNIDADES |  |
| 14 | GRELHA DE FERRO PARA DRENAGEM. MEDIDAS: LARGURA: 20CM X COMPRIENTO: 1M |  |  | 3 UNIDADES |  |
| 15 | TUBO GALVANIZADO REDONDO 2" ESPESSURA 1,25 – BARRA DE 6M |  |  | 2 UNIDADES 6M |  |
| 16 | TUBO GALVANIZADO REDONDO 1. 1/4" ESPESSURA 1,25 – BARRA DE 6M |  |  | 1 UNIDADE 6M |  |
| 17 | METALON GALVANIZADO RETANGULAR. MEDIDAS: 50 X 30MM. ESPESSURA 1,25 – BARRA DE 6M |  |  | 2 UNIDADES 6M |  |
| 18 | METALON GALVANIZADO. MEDIDAS: 50 X 20MM ESPESSURA. 1,25 – BARRA DE 6M |  |  | 4 UNIDADES 6M |  |
| 19 | COTOVELO GALVANIZADO 1.1/4” |  |  | 4 UNIDADES |  |
| 20 | DISCO DE CORTE DIAMANTADO PARA MULTIMATERIAL DE 4.1/2" |  |  | 4 UNIDADES |  |
| 21 | DISCO FLAP GRÃO 40 DE 4.1/2" |  |  | 1 UNIDADE |  |
| 22 | ELETRODO 6013 2.1/2"  |  |  | 0,5 KG |  |
|  | **VALOR GLOBAL DA PROPOSTA** |  |

**Validade da proposta:**

**Representante Legal:**

Nome: xxx

Endereço: xxx Cidade: xxx UF: xxx

Cargo/função: xxx

CPF: xxx

Carteira de identidade nº: xxx Expedição: xxx

Naturalidade: xxx Nacionalidade: xxx

**Declaramos** que estamos de acordo com as condições do aviso de dispensa, minuta de contrato e seus anexos. **Declaramos** essa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local/Data: xxx

**Indicação da forma de pagamento:**

|  |  |
| --- | --- |
| **BOLETO ( )** | **DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE ( )** |
|  | BANCO |  |
| AGÊNCIA |  |
| Nº DA CONTA |  |
| FAVORECIDO |  |

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do Responsável

**ANEXO Ii - TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO Nº 103/2025**

**DISPENSA Nº 09/2025**

**Fundamentação Legal:**Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

**Objeto:** **Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para fornecimento de: **ITEM 01** – 50 (cinquenta) sacos CIMENTO CP2, SACO 50KG; **ITEM 02** – 10 (dez) M³ de areia média; **ITEM 03** – 05 (cinco) M³ de pedrisco misto; **ITEM 04** – 03 (três) unidades de 18 L de aditivo plastificante concentrado para argamassa; **ITEM 05** – 03 (três) unidades de 18 KG de adesivo de alto desempenho para argamassas e chapiscos (resina sintética); **ITEM 06** – 50 (cinquenta) unidades de tijolinhos de barro maciço, medidas aproximadas 4,3x9,1x18 cm; **ITEM 07** – 10 (dez) unidades de tábuas de pinus. Medidas aproximadas: largura 30cm, comprimento 03m; espessura: 02 cm; **ITEM 08** – 01 (uma) unidade de vergalhão de ferro redondo 3/8 – 10mm. Comprimento: 12 metros; **ITEM 09** – 01(uma) unidade de 01 kg de adesivo estrutural de base epóxi média fluidez; **ITEM 10** – 05 (unidades) de barras de 06 metros de tubo de esgoto 40mm; **ITEM 11** – 05 (cinco) unidades de anel de vedação de borracha para tubo de esgoto 40mm; **ITEM 12 –** 01 (um) frasco com 175g de cola para PVC; **ITEM 13** – 02 (duas) unidades de madeirite plastificado, medidas aproximadas 2m20cmx 1m10cm. Espessura 10mm; **ITEM 14** – 03 (três) unidades de grelha de ferro para drenagem. Mecidas: largura 20cm x 1m de comprimento; **ITEM 15** – 02 (duas) unidades de barras de 06m de tubo galvanizado redondo 2” espessura 1,25; **ITEM 16** – 01 (uma) unidade de barra de 06 m de tubo galvanizado redondo 1.1/4”, espessura 1,25; **ITEM 17** – 02 (duas) unidades de barras de 06 m de metalon galvanizado retangular. Medidas: 50x30 mm. Espessura 1,25; **ITEM 18** – 04 (quatro) unidades de barras de 06 m de metalon galvanizado. Medidas: 50x20mm. Espessura 1,25; **ITEM 19** – 04 (quatro) unidades de cotovelo galvanizado 1.1/4”; **ITEM 20** – 04 (quatro) unidades de disco de corte diamantado para multimaterial de 4.1/2”; **ITEM 21** – 01 (uma) unidade de disco Flap grão 40 de 4.1/2”; **ITEM 22** – 0,5 Kg de eletrodo 6013 2.1/2”.

* 1. **Prazo do contrato:** Não será celebrado contrato. A nota de empenho servirá de termo de contrato entre as partes para todos os efeitos.
	2. **Prorrogação:** Não se aplica.
1. **FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

Em **conformidade com os Estudos Técnicos Preliminares** a Câmara Municipal de Extrema realizou a locação de um imóvel para sediar a nova **Unidade de Atendimento Integrado – UAI**, o **PROCON Câmara** e a **Casa do Cidadão**, com o objetivo de promover a centralização e ampliação do acesso aos serviços públicos de atendimento à população, assegurando maior eficiência, comodidade e qualidade no serviço público local.

Entretanto, o imóvel locado requer adaptações físicas e pequenas reformas estruturais para que atenda adequadamente às necessidades de funcionamento das referidas unidades, obedecendo aos critérios de acessibilidade, segurança, organização funcional dos espaços e adequação das instalações às demandas específicas de atendimento ao público.

Para tanto, será necessária a aquisição de materiais de construção básicos e específicos, como cimento, areia, pedrisco, aditivos e adesivos para argamassa, tubos, conexões, madeiras, grelhas, metais e discos abrasivos, que viabilizarão intervenções como reforço e nivelamento de pisos, construção e vedação de alvenaria, instalação de grelhas para drenagem, adequações hidráulicas e estruturais em geral, promovendo as adequações exigidas.

Considerando o porte da demanda, sua natureza pontual e a necessidade de fomentar o desenvolvimento local, optou-se pela **contratação exclusiva de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas**, nos da Lei Complementar nº 123/2006, como forma de valorizar a economia regional, estimular a competitividade e garantir economicidade à Administração, respeitando os critérios legais de exclusividade para esse segmento empresarial.

A presente contratação atende ao interesse público na medida em que viabiliza a implantação e funcionamento da nova sede da Unidade de Atendimento Integrado – UAI, do PROCON Câmara e da Casa do Cidadão, serviços essenciais voltados diretamente à população, com foco no atendimento humanizado, na proteção dos direitos do consumidor e no acesso facilitado a diversos serviços públicos. Ao permitir a execução das adaptações necessárias no imóvel locado, a contratação assegura a adequada prestação dos serviços, promovendo inclusão, cidadania, eficiência administrativa e melhoria da qualidade do atendimento à comunidade, alinhando-se aos princípios constitucionais da Administração Pública, notadamente os da legalidade, eficiência e interesse social.

1. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

A solução contratada consiste no fornecimento de materiais de construção civil diversos, destinados à realização de pequenas reformas, adequações e intervenções estruturais no imóvel recentemente locado pela Câmara Municipal de Extrema, o qual abrigará a nova sede da Unidade de Atendimento Integrado – UAI, o PROCON Câmara e a Casa do Cidadão. Os itens contemplam insumos essenciais como cimento, areia, pedrisco, tijolos, tubos, conexões, estruturas metálicas, madeiras, adesivos e ferramentas de corte, todos indispensáveis para garantir a plena funcionalidade, segurança e adequação do espaço físico às normas técnicas, legais e operacionais exigidas para atendimento ao público.

Durante o ciclo de vida do objeto, a solução envolve as seguintes etapas: planejamento e levantamento das necessidades técnicas; aquisição dos materiais conforme especificações definidas; entrega no local da obra; utilização dos materiais nas fases construtivas e de adaptação do imóvel; destinação adequada dos resíduos eventualmente gerados; e, por fim, o encerramento da intervenção com a conclusão das reformas e início efetivo das atividades das unidades instaladas no local.

Os materiais adquiridos são de uso imediato e consumo único no contexto da obra, não demandando manutenção posterior. No entanto, deverão apresentar conformidade com normas técnicas de qualidade e desempenho, com garantia contra vícios de fabricação e substituição em caso de não conformidade. A aquisição desses insumos, portanto, integra um processo mais amplo de valorização do patrimônio público, melhoria da infraestrutura administrativa e promoção de atendimento digno e eficiente à população.

Ao considerar todo o ciclo de vida do objeto, a presente solução busca não apenas a execução física da obra, mas também a gestão eficiente dos recursos públicos, a minimização de impactos ambientais, o fomento à economia local e o fortalecimento institucional da Câmara Municipal no cumprimento de suas funções públicas.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1 São Requisitos da Contratação:

a. Que a empresa fornecedora esteja formalmente enquadrada como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparada, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e que comprove essa condição mediante documentação atualizada;

b. Apresentação de proposta com descrição detalhada dos materiais ofertados, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, incluindo unidades de medida, composição, marca (quando aplicável) nos termos do anexo do Edital de Aviso de Dispensa de Licitação;

c. Entrega dos materiais no local indicado pela Câmara Municipal, observando o prazo previamente estabelecido e em perfeitas condições de uso, acompanhados de nota fiscal;

d. Atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e demais normas previstas na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) e legislação complementar aplicável.

**REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**I – HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**II – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – **CNPJ**/MF;
2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
3. Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da **União**;
4. Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei n° 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes;
5. Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
6. Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

**III – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
2. Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

**IV – DECLARAÇÃO CONJUNTA:** Deverá ser apresentada em conformidade com o anexo deste aviso.

1. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
	1. **O objeto é de execução indireta, empreitada por preço unitário, fornecimento imediato. Fornecimento imediato é aquele que deve ocorrer em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF).**
	2. Caso a execução não seja possível dentro do prazo estabelecido, a licitante deverá solicitar imediatamente a prorrogação, podendo protocolá-la também por e-mail. A concessão do prazo adicional ficará a critério da administração, que decidirá sobre sua aprovação.
	3. O objeto deverá ser realizado em conformidade com o descrito. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo almoxarife e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
	4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pelo perfeito fornecimento do CONTRATO, independente de lavratura de termo ou não.
	5. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
	6. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até cinco dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação independente de celebração de termo.
	7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
	8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
	9. Garantia: Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. Todos os itens deverão estar acompanhados de garantia mínima de 12 meses. O prazo de validade da garantia mínima não será inferior a 12 (doze meses), a contar da data de emissão da nota fiscal, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 12 (doze) meses.
	10. Regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, entrega imediata.
2. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/DA FISCALIZAÇÃO
3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente~~,~~ o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.
9. O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
10. O gestor/fiscal de contratos anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
12. O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.
14. O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
15. O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
16. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
17. O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
18. O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
19. O gestor/fiscal de contratos acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
20. O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
21. O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
22. O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. O fornecimento e a execução do objeto serão acompanhados e fiscalizados pela servidora Tamara Martiniuk, designada para esta função como Gestora e Fiscal de Contratos, ou por qualquer outro servidor que venha a substituí-la, permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a esta atribuição.
23. Serão anotadas em formulários próprios todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento mencionado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
24. A empresa se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.
25. A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
26. Prova de regularidade com débitos relativos aos Tributos Federais e à dívida ativa da União;
27. Prova de regularidade para com o FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei n° 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
28. Prova de regularidade Trabalhista, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
29. Prova de regularidade de Débitos da Fazenda Municipal (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
30. As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.
31. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**Recebimento**

7.1 A CONTRATADA deverá fornecer o objeto dentro do horário de funcionamento da Câmara Municipal de Extrema, na sede do prédio novo do UAI - localizado na Rua Antônio Onisto, nº 41, Centro, em Extrema, MG.

7.2 O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente realizado nas condições estabelecidas. A CONTRATADA deverá apresentar o relatório circunstanciado dos serviços realizados, devidamente datado e assinado pelo responsável, para fins de pagamento.

7.3 No caso de controvérsia sobre a realização do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.

7.4 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**Liquidação**

7.5 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.6 O pagamento referente à execução do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente entregue.

7.7 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) a data da emissão;

b) os dados do contrato e do órgão contratante;

c) o período respectivo de execução do contrato;

d) o valor a pagar; e

e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.8 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.9 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.10 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.11 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**Prazo de pagamento**

7.14 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.15 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

**Forma de pagamento**

7.16 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário.

7.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.18 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.19 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.

7.20 Não será admitida a antecipação de pagamento**.**

7.21 **Da subcontratação e da entrega:** É vedada a subcontratação do objeto. A empresa contratada será a única e integralmente responsável pela entrega do objeto contratado, devendo realizá-la diretamente à Câmara Municipal de Extrema, sem qualquer custo adicional para a Administração Pública. Fica vedada a prática de triangulação, entendida como o repasse da obrigação de fornecimento a terceiros estranhos à contratação, inclusive representantes, revendedores ou distribuidores não vinculados diretamente à licitante vencedora. O descumprimento desta cláusula acarretará as sanções previstas neste instrumento, sem prejuízo da rescisão contratual por inexecução total ou parcial do objeto.

1. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação conforme Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, **pelo menor preço global.** Para tanto deverá apresentar a tabela com todos os itens do objeto, inclusive o seu preço unitário em conformidade com o anexo do Edital de Aviso de Dispensa de Licitação.

1. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO.**

A estimativa do valor da contratação está demonstrada na tabela a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **MEDIANA VALOR UNIT.** | **QUANT.** | **VALOR GLOBAL ESTIMADO** |
| 01 | CIMENTO CP2 - SACO 50KG | R$ 36,00 | 50 SACOS 50KG | R$ 1.800,00 |
| 02 | AREIA MÉDIA - METROS CÚBICOS | R$ 180,00 | 10 M³ | R$ 1.800,00 |
| 03 | PEDRISCO MISTO - METROS CÚBCOS | R$ 180,00 | 5 M³ | R$ 900,00 |
| 04 | ADITIVO PLASTIFICANTE CONCENTRADO PARA ARGAMASSA - 18 LITROS | R$ 205,00 | 3 UNIDADES 18L | R$ 615,00 |
| 05 | ADESIVO DE ALTO DESEMPENHO PARA ARGAMASSAS E CHAPISCOS. (RESINA SINTÉTICA) - 18 KG | R$ 389,50 | 3 UNIDADES 18KG | R$ 1.168,50 |
| 06 | TIJOLINHO DE BARRO MACIÇO. MEDIDAS APROXIMADAS: 4,3 X 9,1X 18CM | R$ 0,90 | 50 UNIDADES | R$ 45,00 |
| 07 | TÁBUA DE PINUS. MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA: 30 CM, COMPRIMENTO: 3M, ESPESSURA: 2 CM | R$ 50,00 | 10 UNIDADES | R$ 500,00 |
| 08 | VERGALHÃO DE FERRO REDONDO 3/8- 10MM - COMPRIMENTO: 12M | R$ 60,00 | 1 UNIDADE | R$ 60,00 |
| 09 | ADESIVO ESTRUTURAL DE BASE EPÓXI MÉDIA FLUIDEZ – 1KG | R$ 133,50 | 1 UNIDADE 1KG | R$ 133,50 |
| 10 | TUBO DE ESGOTO 40MM – BARRA DE 6M  | R$ 49,50 | 5 UNIDADES 6M | R$ 247,50 |
| 11 | ANEL DE VEDAÇÃO DE BORRACHA PARA TUBO DE ESGOTO 40MM | R$ 2,48 | 5 UNIDADES | R$ 12,40 |
| 12 | COLA PARA PVC – 175G | R$ 21,00 | 1 FRASCO 175G | R$ 21,00 |
| 13 | MADEIRITE PLASTIFICADO. MEDIDAS APROXIMADAS: 2M20CM X 1M10CM. ESPESSURA: 10MM | R$ 105,39 | 2 UNIDADES | R$ 210,78 |
| 14 | GRELHA DE FERRO PARA DRENAGEM. MEDIDAS: LARGURA: 20CM X COMPRIENTO: 1M | R$ 194,00 | 3 UNIDADES | R$ 582,00 |
| 15 | TUBO GALVANIZADO REDONDO 2" ESPESSURA 1,25 – BARRA DE 6M | R$ 339,95 | 2 UNIDADES 6M | R$ 679,90 |
| 16 | TUBO GALVANIZADO REDONDO 1. 1/4" ESPESSURA 1,25 – BARRA DE 6M | R$ 287,60 | 1 UNIDADE 6M | R$ 287,60 |
| 17 | METALON GALVANIZADO RETANGULAR. MEDIDAS: 50 X 30MM. ESPESSURA 1,25 – BARRA DE 6M | R$ 143,72 | 2 UNIDADES 6M | R$ 287,44 |
| 18 | METALON GALVANIZADO. MEDIDAS: 50 X 20MM ESPESSURA. 1,25 – BARRA DE 6M | R$ 111,23 | 4 UNIDADES 6M | R$ 444,92 |
| 19 | COTOVELO GALVANIZADO 1.1/4” | R$ 74,00 | 4 UNIDADES | R$ 296,00 |
| 20 | DISCO DE CORTE DIAMANTADO PARA MULTIMATERIAL DE 4.1/2" | R$ 44,90 | 4 UNIDADES | R$ 179,60 |
| 21 | DISCO FLAP GRÃO 40 DE 4.1/2" | R$ 10,27 | 1 UNIDADE | R$ 10,27 |
| 22 | ELETRODO 6013 2.1/2"  | R$ 19,00 | 0,5 KG | R$ 19,00 |
| **VALOR GLOBAL ESTIMADO** | **R$ 10.300,41** |

As memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, constam de documento separado e classificado “Análise Crítica dos Dados Coletados”.

1. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**Dotação: 3.3.90.30.24**

**Ficha: 16**

**Resumo: MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS**

1. JUSTIFICATIVA

A contratação ora proposta justifica-se tecnicamente pela necessidade de realizar intervenções físicas pontuais no imóvel recém-locado pela Câmara Municipal de Extrema, que abrigará a nova sede da Unidade de Atendimento Integrado – UAI, o PROCON Câmara e a Casa do Cidadão. As adequações requerem o uso de materiais específicos de construção civil, tais como cimento, areia, pedrisco, aditivos para argamassa, tijolos, madeiras, tubos, conexões e elementos metálicos, indispensáveis para garantir a segurança estrutural, a funcionalidade dos ambientes e o atendimento às normas de acessibilidade, salubridade e infraestrutura mínima exigida para o pleno funcionamento das unidades. Além disso, os materiais listados são necessários para executar serviços como reforço de alvenaria, ajustes em redes hidráulicas e de drenagem, instalações de suportes e estruturas metálicas, bem como pequenos reparos e melhorias que não foram contemplados na configuração original do imóvel. A especificação precisa dos itens considera sua compatibilidade técnica e adequação ao tipo de intervenção planejada, sendo indispensáveis para a viabilidade operacional dos serviços públicos que serão prestados no local. Dessa forma, a contratação assegura a integridade das obras a serem executadas, reduz riscos operacionais e proporciona condições adequadas para o atendimento eficaz à população.

A contratação dos materiais por meio de processo exclusivo para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas representa uma medida de racionalidade e economicidade para a Administração Pública, uma vez que favorece a obtenção de preços mais competitivos no mercado local, reduz custos logísticos com transporte e entrega, e estimula a concorrência entre pequenos fornecedores. Além disso, ao permitir que os recursos públicos circulem na própria região, promove-se o fortalecimento da economia local, incentivando a geração de empregos e o desenvolvimento sustentável. Ressalta-se que a aquisição direta dos materiais, em detrimento da contratação de empreitada global, possibilita maior controle da qualidade e quantidade dos insumos utilizados nas intervenções, permitindo à Administração uma gestão mais eficiente dos recursos aplicados. A aquisição fracionada e sob demanda também evita desperdícios e possibilita ajustes técnicos durante a execução, assegurando o melhor aproveitamento financeiro dos recursos públicos. Assim, a medida atende ao princípio da economicidade, previsto na legislação vigente, otimizando o investimento e garantindo retorno social com menor custo.

A contratação em questão contempla uma diversidade de materiais de construção com especificações distintas, porém interdependentes, todos necessários para a realização das reformas e adequações no imóvel que sediará a Unidade de Atendimento Integrado – UAI, o PROCON Câmara e a Casa do Cidadão. Ainda que os itens sejam tecnicamente distintos, optou-se por **não realizar o parcelamento da contratação**, tendo em vista a inter-relação direta entre os materiais, que serão utilizados de forma conjunta e integrada em uma única frente de obra. Nesse cenário, observa-se que a adoção do critério de **menor preço global**, em detrimento da adjudicação por item, se justifica técnica, administrativa e economicamente. No caso concreto, a **fragmentação da adjudicação por item se mostra contraproducente**, uma vez que os materiais possuem clara inter-relação de uso, exigem compatibilidade técnica (sobretudo quanto a tintas, acessórios e ferramentas) e são adquiridos para serem aplicados de forma conjunta, o que demandaria uma gestão logística significativamente mais complexa se fornecidos por empresas distintas. A adjudicação por item, nesse caso, **geraria aumento de custos indiretos para a Administração**, como a multiplicidade de notas fiscais, entregas, conferências, análises de conformidade e recebimentos, o que comprometeria a economicidade e a eficiência — princípios basilares da Administração Pública, conforme insculpidos no **art. 37, caput, da Constituição Federal.** Além disso, a adjudicação por menor preço global proporciona ganhos de **escala,** uma vez que a empresa vencedora poderá obter melhores condições de fornecimento, transporte e organização dos materiais, reduzindo o custo final da contratação. Isso corrobora o interesse público, ao permitir o melhor aproveitamento dos recursos financeiros e operacionais da Administração. Por fim, ressalta-se que o objeto da contratação é indivisível do ponto de vista funcional e logístico, dada a sua **finalidade comum,** o que inviabiliza o fracionamento sem prejuízo à execução do serviço, **não se tratando, portanto, de afronta ao princípio da competitividade** ou da isonomia entre os licitantes. Diante do exposto, a adoção do critério de julgamento pelo **menor preço global** se apresenta como a solução mais adequada, eficaz e econômica à Administração, estando plenamente alinhada aos princípios da **eficiência, economicidade, razoabilidade e interesse público.**

 A opção pela exigência apenas dos documentos mínimos de habilitação jurídica, fiscal e econômico-financeira, conforme previsto na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021, justifica-se pela natureza da contratação e pela busca de maior celeridade, simplicidade e eficiência no processo de compras públicas, sem prejuízo à segurança jurídica e ao interesse público. Trata-se de contratação de baixo valor e risco reduzido. Exigir apenas os documentos essenciais evita onerar desnecessariamente os fornecedores, em especial Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, incentivando sua ampla participação e assegurando o caráter competitivo do certame. Ademais, a exigência dos documentos mínimos atende plenamente aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade, permitindo à Administração alcançar o resultado esperado com observância dos requisitos legais, sem criar barreiras excessivas à participação dos interessados. A simplificação documental, portanto, não compromete a regularidade do procedimento, mas o torna mais ágil, acessível e eficiente.

A presente contratação atende ao interesse público na medida em que viabiliza a implantação e funcionamento da nova sede da Unidade de Atendimento Integrado – UAI, do PROCON Câmara e da Casa do Cidadão, serviços essenciais voltados diretamente à população, com foco no atendimento humanizado, na proteção dos direitos do consumidor e no acesso facilitado a diversos serviços públicos. Ao permitir a execução das adaptações necessárias no imóvel locado, a contratação assegura a adequada prestação dos serviços, promovendo inclusão, cidadania, eficiência administrativa e melhoria da qualidade do atendimento à comunidade, alinhando-se aos princípios constitucionais da Administração Pública, notadamente os da legalidade, eficiência e interesse social.

**DIRETORIA GERAL**

Extrema, MG, 16 de julho de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

TAMIRES NUNES DA SILVA ALBERTINI

DIRETORA GERAL

**DESPACHO**

APROVO, na íntegra, esse Termo de Referência.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA

PRESIDENTE

**ANEXO III – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**

**PROCESSO NÚMERO 103/2025**

**DISPENSA NÚMERO 09/2025**

**OBJETO: Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para fornecimento de: **ITEM 01** – 50 (cinquenta) sacos CIMENTO CP2, SACO 50KG; **ITEM 02** – 10 (dez) M³ de areia média; **ITEM 03** – 05 (cinco) M³ de pedrisco misto; **ITEM 04** – 03 (três) unidades de 18 L de aditivo plastificante concentrado para argamassa; **ITEM 05** – 03 (três) unidades de 18 KG de adesivo de alto desempenho para argamassas e chapiscos (resina sintética); **ITEM 06** – 50 (cinquenta) unidades de tijolinhos de barro maciço, medidas aproximadas 4,3x9,1x18 cm; **ITEM 07** – 10 (dez) unidades de tábuas de pinus. Medidas aproximadas: largura 30cm, comprimento 03m; espessura: 02 cm; **ITEM 08** – 01 (uma) unidade de vergalhão de ferro redondo 3/8 – 10mm. Comprimento: 12 metros; **ITEM 09** – 01(uma) unidade de 01 kg de adesivo estrutural de base epóxi média fluidez; **ITEM 10** – 05 (unidades) de barras de 06 metros de tubo de esgoto 40mm; **ITEM 11** – 05 (cinco) unidades de anel de vedação de borracha para tubo de esgoto 40mm; **ITEM 12 –** 01 (um) frasco com 175g de cola para PVC; **ITEM 13** – 02 (duas) unidades de madeirite plastificado, medidas aproximadas 2m20cmx 1m10cm. Espessura 10mm; **ITEM 14** – 03 (três) unidades de grelha de ferro para drenagem. Mecidas: largura 20cm x 1m de comprimento; **ITEM 15** – 02 (duas) unidades de barras de 06m de tubo galvanizado redondo 2” espessura 1,25; **ITEM 16** – 01 (uma) unidade de barra de 06 m de tubo galvanizado redondo 1.1/4”, espessura 1,25; **ITEM 17** – 02 (duas) unidades de barras de 06 m de metalon galvanizado retangular. Medidas: 50x30 mm. Espessura 1,25; **ITEM 18** – 04 (quatro) unidades de barras de 06 m de metalon galvanizado. Medidas: 50x20mm. Espessura 1,25; **ITEM 19** – 04 (quatro) unidades de cotovelo galvanizado 1.1/4”; **ITEM 20** – 04 (quatro) unidades de disco de corte diamantado para multimaterial de 4.1/2”; **ITEM 21** – 01 (uma) unidade de disco Flap grão 40 de 4.1/2”; **ITEM 22** – 0,5 Kg de eletrodo 6013 2.1/2”.

1. **INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1. **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A Câmara Municipal de Extrema realizou a locação de um imóvel para sediar a nova **Unidade de Atendimento Integrado – UAI**, o **PROCON Câmara** e a **Casa do Cidadão**, com o objetivo de promover a centralização e ampliação do acesso aos serviços públicos de atendimento à população, assegurando maior eficiência, comodidade e qualidade no serviço público local.

Entretanto, o imóvel locado requer adaptações físicas e pequenas reformas estruturais para que atenda adequadamente às necessidades de funcionamento das referidas unidades, obedecendo aos critérios de acessibilidade, segurança, organização funcional dos espaços e adequação das instalações às demandas específicas de atendimento ao público.

Para tanto, será necessária a aquisição de materiais de construção básicos e específicos, como cimento, areia, pedrisco, aditivos e adesivos para argamassa, tubos, conexões, madeiras, grelhas, metais e discos abrasivos, que viabilizarão intervenções como reforço e nivelamento de pisos, construção e vedação de alvenaria, instalação de grelhas para drenagem, adequações hidráulicas e estruturais em geral, promovendo as adequações exigidas.

Considerando o porte da demanda, sua natureza pontual e a necessidade de fomentar o desenvolvimento local, optou-se pela **contratação exclusiva de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas**, nos da Lei Complementar nº 123/2006, como forma de valorizar a economia regional, estimular a competitividade e garantir economicidade à Administração, respeitando os critérios legais de exclusividade para esse segmento empresarial.

A presente contratação atende ao interesse público na medida em que viabiliza a implantação e funcionamento da nova sede da Unidade de Atendimento Integrado – UAI, do PROCON Câmara e da Casa do Cidadão, serviços essenciais voltados diretamente à população, com foco no atendimento humanizado, na proteção dos direitos do consumidor e no acesso facilitado a diversos serviços públicos. Ao permitir a execução das adaptações necessárias no imóvel locado, a contratação assegura a adequada prestação dos serviços, promovendo inclusão, cidadania, eficiência administrativa e melhoria da qualidade do atendimento à comunidade, alinhando-se aos princípios constitucionais da Administração Pública, notadamente os da legalidade, eficiência e interesse social.

1. **PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações – PAC. O PAC foi publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal de Extrema em 13 de setembro de 2.024 e também no ComprasGov:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **PAC** |
| 01 | CIMENTO CP2 - SACO 50KG | 755 |
| 02 | AREIA MÉDIA - METROS CÚBICOS | 756 |
| 03 | PEDRISCO MISTO - METROS CÚBCOS | 757 |
| 04 | ADITIVO PLASTIFICANTE CONCENTRADO PARA ARGAMASSA - 18 LITROS | 758 |
| 05 | ADESIVO DE ALTO DESEMPENHO PARA ARGAMASSAS E CHAPISCOS. (RESINA SINTÉTICA) - 18 KG | 759 |
| 06 | TIJOLINHO DE BARRO MACIÇO. MEDIDAS APROXIMADAS: 4,3 X 9,1X 18CM | 760 |
| 07 | TÁBUA DE PINUS. MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA: 30 CM, COMPRIMENTO: 3M, ESPESSURA: 2 CM | 761 |
| 08 | VERGALHÃO DE FERRO REDONDO 3/8- 10MM - COMPRIMENTO: 12M | 762 |
| 09 | ADESIVO ESTRUTURAL DE BASE EPÓXI MÉDIA FLUIDEZ – 1KG | 763 |
| 10 | TUBO DE ESGOTO 40MM – BARRA DE 6M  | 764 |
| 11 | ANEL DE VEDAÇÃO DE BORRACHA PARA TUBO DE ESGOTO 40MM | 765 |
| 12 | COLA PARA PVC – 175G | 766 |
| 13 | MADEIRITE PLASTIFICADO. MEDIDAS APROXIMADAS: 2M20CM X 1M10CM. ESPESSURA: 10MM | 767 |
| 14 | GRELHA DE FERRO PARA DRENAGEM. MEDIDAS: LARGURA: 20CM X COMPRIENTO: 1M | 768 |
| 15 | TUBO GALVANIZADO REDONDO 2" ESPESSURA 1,25 – BARRA DE 6M | 769 |
| 16 | TUBO GALVANIZADO REDONDO 1. 1/4" ESPESSURA 1,25 – BARRA DE 6M | 770 |
| 17 | METALON GALVANIZADO RETANGULAR. MEDIDAS: 50 X 30MM. ESPESSURA 1,25 – BARRA DE 6M | 771 |
| 18 | METALON GALVANIZADO. MEDIDAS: 50 X 20MM ESPESSURA. 1,25 – BARRA DE 6M | 772 |
| 19 | COTOVELO GALVANIZADO 1.1/4” | 773 |
| 20 | DISCO DE CORTE DIAMANTADO PARA MULTIMATERIAL DE 4.1/2" | 774 |
| 21 | DISCO FLAP GRÃO 40 DE 4.1/2" | 775 |
| 22 | ELETRODO 6013 2.1/2"  | 776 |

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1 São Requisitos da Contratação:

a. Que a empresa fornecedora esteja formalmente enquadrada como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparada, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e que comprove essa condição mediante documentação atualizada;

b. Apresentação de proposta com descrição detalhada dos materiais ofertados, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, incluindo unidades de medida, composição, marca (quando aplicável) nos termos do anexo do Edital de Aviso de Dispensa de Licitação;

c. Entrega dos materiais no local indicado pela Câmara Municipal, observando o prazo previamente estabelecido e em perfeitas condições de uso, acompanhados de nota fiscal;

d. Atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e demais normas previstas na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) e legislação complementar aplicável.

**REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**I – HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**II – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – **CNPJ**/MF;
2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
3. Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da **União**;
4. Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei n° 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes;
5. Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
6. Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

**III – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
2. Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

**IV – DECLARAÇÃO CONJUNTA:** Deverá ser apresentada em conformidade com o anexo deste aviso.

**Obs.:** As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

1. **ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA.**

As quantidades de serviços a serem contratadas estão estabelecidas na tabela abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **MEDIANA VALOR UNIT.** | **QUANT.** | **VALOR GLOBAL ESTIMADO** |
| 01 | CIMENTO CP2 - SACO 50KG | R$ 36,00 | 50 SACOS 50KG | R$ 1.800,00 |
| 02 | AREIA MÉDIA - METROS CÚBICOS | R$ 180,00 | 10 M³ | R$ 1.800,00 |
| 03 | PEDRISCO MISTO - METROS CÚBCOS | R$ 180,00 | 5 M³ | R$ 900,00 |
| 04 | ADITIVO PLASTIFICANTE CONCENTRADO PARA ARGAMASSA - 18 LITROS | R$ 205,00 | 3 UNIDADES 18L | R$ 615,00 |
| 05 | ADESIVO DE ALTO DESEMPENHO PARA ARGAMASSAS E CHAPISCOS. (RESINA SINTÉTICA) - 18 KG | R$ 389,50 | 3 UNIDADES 18KG | R$ 1.168,50 |
| 06 | TIJOLINHO DE BARRO MACIÇO. MEDIDAS APROXIMADAS: 4,3 X 9,1X 18CM | R$ 0,90 | 50 UNIDADES | R$ 45,00 |
| 07 | TÁBUA DE PINUS. MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA: 30 CM, COMPRIMENTO: 3M, ESPESSURA: 2 CM | R$ 50,00 | 10 UNIDADES | R$ 500,00 |
| 08 | VERGALHÃO DE FERRO REDONDO 3/8- 10MM - COMPRIMENTO: 12M | R$ 60,00 | 1 UNIDADE | R$ 60,00 |
| 09 | ADESIVO ESTRUTURAL DE BASE EPÓXI MÉDIA FLUIDEZ – 1KG | R$ 133,50 | 1 UNIDADE 1KG | R$ 133,50 |
| 10 | TUBO DE ESGOTO 40MM – BARRA DE 6M  | R$ 49,50 | 5 UNIDADES 6M | R$ 247,50 |
| 11 | ANEL DE VEDAÇÃO DE BORRACHA PARA TUBO DE ESGOTO 40MM | R$ 2,48 | 5 UNIDADES | R$ 12,40 |
| 12 | COLA PARA PVC – 175G | R$ 21,00 | 1 FRASCO 175G | R$ 21,00 |
| 13 | MADEIRITE PLASTIFICADO. MEDIDAS APROXIMADAS: 2M20CM X 1M10CM. ESPESSURA: 10MM | R$ 105,39 | 2 UNIDADES | R$ 210,78 |
| 14 | GRELHA DE FERRO PARA DRENAGEM. MEDIDAS: LARGURA: 20CM X COMPRIENTO: 1M | R$ 194,00 | 3 UNIDADES | R$ 582,00 |
| 15 | TUBO GALVANIZADO REDONDO 2" ESPESSURA 1,25 – BARRA DE 6M | R$ 339,95 | 2 UNIDADES 6M | R$ 679,90 |
| 16 | TUBO GALVANIZADO REDONDO 1. 1/4" ESPESSURA 1,25 – BARRA DE 6M | R$ 287,60 | 1 UNIDADE 6M | R$ 287,60 |
| 17 | METALON GALVANIZADO RETANGULAR. MEDIDAS: 50 X 30MM. ESPESSURA 1,25 – BARRA DE 6M | R$ 143,72 | 2 UNIDADES 6M | R$ 287,44 |
| 18 | METALON GALVANIZADO. MEDIDAS: 50 X 20MM ESPESSURA. 1,25 – BARRA DE 6M | R$ 111,23 | 4 UNIDADES 6M | R$ 444,92 |
| 19 | COTOVELO GALVANIZADO 1.1/4” | R$ 74,00 | 4 UNIDADES | R$ 296,00 |
| 20 | DISCO DE CORTE DIAMANTADO PARA MULTIMATERIAL DE 4.1/2" | R$ 44,90 | 4 UNIDADES | R$ 179,60 |
| 21 | DISCO FLAP GRÃO 40 DE 4.1/2" | R$ 10,27 | 1 UNIDADE | R$ 10,27 |
| 22 | ELETRODO 6013 2.1/2"  | R$ 19,00 | 0,5 KG | R$ 19,00 |
| **VALOR GLOBAL ESTIMADO** | **R$ 10.300,41** |

**Contratações correlatas e/ou interdependentes:** Atualmente a Câmara Municipal de Extrema não possui nenhum contrato para esse objeto.

1. **LEVANTAMENTO DE MERCADO (Prospecção e Análise das Alternativas Possíveis) e JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA**

Diante da planilha orçamentária apresentada, foram discriminados os valores unitários estimados para todos os produtos que serão aplicados na contratação. Esses valores servirão como referência para estabelecer o limite máximo aceitável, com base na mencionada planilha.

**JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

A escolha da contratação do objeto especificado fundamenta-se em aspectos técnicos e econômicos que garantem a adequação da solução ao objeto pretendido pela Administração Pública.

**Justificativa Técnica**

A contratação ora proposta justifica-se tecnicamente pela necessidade de realizar intervenções físicas pontuais no imóvel recém-locado pela Câmara Municipal de Extrema, que abrigará a nova sede da Unidade de Atendimento Integrado – UAI, o PROCON Câmara e a Casa do Cidadão. As adequações requerem o uso de materiais específicos de construção civil, tais como cimento, areia, pedrisco, aditivos para argamassa, tijolos, madeiras, tubos, conexões e elementos metálicos, indispensáveis para garantir a segurança estrutural, a funcionalidade dos ambientes e o atendimento às normas de acessibilidade, salubridade e infraestrutura mínima exigida para o pleno funcionamento das unidades.

Além disso, os materiais listados são necessários para executar serviços como reforço de alvenaria, ajustes em redes hidráulicas e de drenagem, instalações de suportes e estruturas metálicas, bem como pequenos reparos e melhorias que não foram contemplados na configuração original do imóvel. A especificação precisa dos itens considera sua compatibilidade técnica e adequação ao tipo de intervenção planejada, sendo indispensáveis para a viabilidade operacional dos serviços públicos que serão prestados no local. Dessa forma, a contratação assegura a integridade das obras a serem executadas, reduz riscos operacionais e proporciona condições adequadas para o atendimento eficaz à população.

**Justificativa econômica**

A contratação dos materiais por meio de processo exclusivo para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas representa uma medida de racionalidade e economicidade para a Administração Pública, uma vez que favorece a obtenção de preços mais competitivos no mercado local, reduz custos logísticos com transporte e entrega, e estimula a concorrência entre pequenos fornecedores. Além disso, ao permitir que os recursos públicos circulem na própria região, promove-se o fortalecimento da economia local, incentivando a geração de empregos e o desenvolvimento sustentável.

Ressalta-se que a aquisição direta dos materiais, em detrimento da contratação de empreitada global, possibilita maior controle da qualidade e quantidade dos insumos utilizados nas intervenções, permitindo à Administração uma gestão mais eficiente dos recursos aplicados. A aquisição fracionada e sob demanda também evita desperdícios e possibilita ajustes técnicos durante a execução, assegurando o melhor aproveitamento financeiro dos recursos públicos. Assim, a medida atende ao princípio da economicidade, previsto na legislação vigente, otimizando o investimento e garantindo retorno social com menor custo.

**7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor estimado da contratação está relacionado na planilha abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **MEDIANA VALOR UNIT.** | **QUANT.** | **VALOR GLOBAL ESTIMADO** |
| 01 | CIMENTO CP2 - SACO 50KG | R$ 36,00 | 50 SACOS 50KG | R$ 1.800,00 |
| 02 | AREIA MÉDIA - METROS CÚBICOS | R$ 180,00 | 10 M³ | R$ 1.800,00 |
| 03 | PEDRISCO MISTO - METROS CÚBCOS | R$ 180,00 | 5 M³ | R$ 900,00 |
| 04 | ADITIVO PLASTIFICANTE CONCENTRADO PARA ARGAMASSA - 18 LITROS | R$ 205,00 | 3 UNIDADES 18L | R$ 615,00 |
| 05 | ADESIVO DE ALTO DESEMPENHO PARA ARGAMASSAS E CHAPISCOS. (RESINA SINTÉTICA) - 18 KG | R$ 389,50 | 3 UNIDADES 18KG | R$ 1.168,50 |
| 06 | TIJOLINHO DE BARRO MACIÇO. MEDIDAS APROXIMADAS: 4,3 X 9,1X 18CM | R$ 0,90 | 50 UNIDADES | R$ 45,00 |
| 07 | TÁBUA DE PINUS. MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA: 30 CM, COMPRIMENTO: 3M, ESPESSURA: 2 CM | R$ 50,00 | 10 UNIDADES | R$ 500,00 |
| 08 | VERGALHÃO DE FERRO REDONDO 3/8- 10MM - COMPRIMENTO: 12M | R$ 60,00 | 1 UNIDADE | R$ 60,00 |
| 09 | ADESIVO ESTRUTURAL DE BASE EPÓXI MÉDIA FLUIDEZ – 1KG | R$ 133,50 | 1 UNIDADE 1KG | R$ 133,50 |
| 10 | TUBO DE ESGOTO 40MM – BARRA DE 6M  | R$ 49,50 | 5 UNIDADES 6M | R$ 247,50 |
| 11 | ANEL DE VEDAÇÃO DE BORRACHA PARA TUBO DE ESGOTO 40MM | R$ 2,48 | 5 UNIDADES | R$ 12,40 |
| 12 | COLA PARA PVC – 175G | R$ 21,00 | 1 FRASCO 175G | R$ 21,00 |
| 13 | MADEIRITE PLASTIFICADO. MEDIDAS APROXIMADAS: 2M20CM X 1M10CM. ESPESSURA: 10MM | R$ 105,39 | 2 UNIDADES | R$ 210,78 |
| 14 | GRELHA DE FERRO PARA DRENAGEM. MEDIDAS: LARGURA: 20CM X COMPRIENTO: 1M | R$ 194,00 | 3 UNIDADES | R$ 582,00 |
| 15 | TUBO GALVANIZADO REDONDO 2" ESPESSURA 1,25 – BARRA DE 6M | R$ 339,95 | 2 UNIDADES 6M | R$ 679,90 |
| 16 | TUBO GALVANIZADO REDONDO 1. 1/4" ESPESSURA 1,25 – BARRA DE 6M | R$ 287,60 | 1 UNIDADE 6M | R$ 287,60 |
| 17 | METALON GALVANIZADO RETANGULAR. MEDIDAS: 50 X 30MM. ESPESSURA 1,25 – BARRA DE 6M | R$ 143,72 | 2 UNIDADES 6M | R$ 287,44 |
| 18 | METALON GALVANIZADO. MEDIDAS: 50 X 20MM ESPESSURA. 1,25 – BARRA DE 6M | R$ 111,23 | 4 UNIDADES 6M | R$ 444,92 |
| 19 | COTOVELO GALVANIZADO 1.1/4” | R$ 74,00 | 4 UNIDADES | R$ 296,00 |
| 20 | DISCO DE CORTE DIAMANTADO PARA MULTIMATERIAL DE 4.1/2" | R$ 44,90 | 4 UNIDADES | R$ 179,60 |
| 21 | DISCO FLAP GRÃO 40 DE 4.1/2" | R$ 10,27 | 1 UNIDADE | R$ 10,27 |
| 22 | ELETRODO 6013 2.1/2"  | R$ 19,00 | 0,5 KG | R$ 19,00 |
| **VALOR GLOBAL ESTIMADO** | **R$ 10.300,41** |

As memórias de cálculo e os documentos que as fundamentam estão detalhados na **análise crítica dos dados coletados.**

**8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO**

A presente contratação tem por objeto o fornecimento de materiais diversos de construção civil, necessários à realização de pequenas reformas, adaptações e adequações estruturais no imóvel recentemente locado pela Câmara Municipal de Extrema, que passará a abrigar a nova sede da Unidade de Atendimento Integrado – UAI, o PROCON Câmara e a Casa do Cidadão. Os materiais descritos contemplam insumos básicos como cimento, areia, pedrisco, tijolos, tubos, conexões, aditivos, madeiras, estruturas metálicas e itens complementares que permitirão a execução de obras de alvenaria, instalações hidráulicas, reforços estruturais, nivelamentos de piso, construção de divisórias e adequações exigidas por normas técnicas e de acessibilidade.

A solução adotada prioriza o fornecimento pontual e conforme demanda, visando garantir agilidade, qualidade e controle técnico sobre os materiais empregados. Os insumos serão utilizados por equipe de manutenção ou por empresa contratada para execução das obras, de acordo com cronograma previamente definido pela Administração.

No que tange à manutenção e à assistência técnica, por se tratar de fornecimento de materiais de consumo e uso imediato, não se exige assistência técnica permanente, sendo, no entanto, obrigatório que os produtos possuam garantia contra defeitos de fabricação. Caso identificado qualquer vício ou inconformidade, o fornecedor deverá providenciar a substituição imediata do item, sem ônus para a Administração.

Essa abordagem garante a continuidade dos serviços de interesse público, com qualidade, segurança e observância aos princípios da economicidade, eficiência e funcionalidade da gestão pública.

**9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

A contratação em questão contempla uma diversidade de materiais de construção com especificações distintas, porém interdependentes, todos necessários para a realização das reformas e adequações no imóvel que sediará a Unidade de Atendimento Integrado – UAI, o PROCON Câmara e a Casa do Cidadão. Ainda que os itens sejam tecnicamente distintos, optou-se por **não realizar o parcelamento da contratação**, tendo em vista a inter-relação direta entre os materiais, que serão utilizados de forma conjunta e integrada em uma única frente de obra.

Nesse cenário, observa-se que a adoção do critério de **menor preço global**, em detrimento da adjudicação por item, se justifica técnica, administrativa e economicamente.

No caso concreto, a **fragmentação da adjudicação por item se mostra contraproducente**, uma vez que os materiais possuem clara inter-relação de uso, exigem compatibilidade técnica (sobretudo quanto a tintas, acessórios e ferramentas) e são adquiridos para serem aplicados de forma conjunta, o que demandaria uma gestão logística significativamente mais complexa se fornecidos por empresas distintas. A adjudicação por item, nesse caso, **geraria aumento de custos indiretos para a Administração**, como a multiplicidade de notas fiscais, entregas, conferências, análises de conformidade e recebimentos, o que comprometeria a economicidade e a eficiência — princípios basilares da Administração Pública, conforme insculpidos no **art. 37, caput, da Constituição Federal.**

Além disso, a adjudicação por menor preço global proporciona ganhos de **escala,** uma vez que a empresa vencedora poderá obter melhores condições de fornecimento, transporte e organização dos materiais, reduzindo o custo final da contratação. Isso corrobora o interesse público, ao permitir o melhor aproveitamento dos recursos financeiros e operacionais da Administração.

Por fim, ressalta-se que o objeto da contratação é indivisível do ponto de vista funcional e logístico, dada a sua **finalidade comum,** o que inviabiliza o fracionamento sem prejuízo à execução do serviço, **não se tratando, portanto, de afronta ao princípio da competitividade** ou da isonomia entre os licitantes.

Diante do exposto, a adoção do critério de julgamento pelo **menor preço global** se apresenta como a solução mais adequada, eficaz e econômica à Administração, estando plenamente alinhada aos princípios da **eficiência, economicidade, razoabilidade e interesse público.**

**10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.**

Com a presente contratação, pretende-se alcançar resultados concretos de economicidade e eficiência na gestão pública, por meio da aquisição direta e unificada de todos os materiais necessários às obras de adaptação do imóvel locado para funcionamento da nova sede da UAI, do PROCON Câmara e da Casa do Cidadão. A centralização da compra permitirá melhores condições comerciais, reduzindo custos com frete, prazos logísticos e riscos decorrentes de múltiplas contratações.

A utilização racional dos recursos financeiros disponíveis será garantida por meio da compra planejada, com base em levantamento técnico detalhado, evitando aquisições em excesso ou de materiais inadequados. Além disso, ao adquirir os insumos de forma integrada, a Administração assegura melhor aproveitamento dos recursos materiais, com o uso coordenado dos itens nas etapas da obra.

Do ponto de vista da utilização dos recursos humanos, a disponibilidade antecipada e organizada dos materiais possibilitará maior fluidez na execução das atividades da equipe responsável pelas reformas, evitando interrupções ou paralisações por falta de insumos, o que reflete em maior produtividade, redução de retrabalho e cumprimento eficiente dos prazos estabelecidos.

Assim, a contratação representa uma estratégia administrativa eficaz, promovendo o uso racional dos recursos públicos, o fortalecimento da capacidade operacional da Câmara Municipal e o atendimento rápido e qualificado às demandas da população.Parte superior do formulário

Parte inferior do formulário

**11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE DEMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.**

As providências a seguir devem ser adotadas previamente à formalização da contratação. Ressalta-se que, embora não seja celebrado termo contratual, a nota de empenho servirá como instrumento hábil e suficiente, produzindo os mesmos efeitos legais de um contrato formal, nos termos da legislação vigente:

1. Portaria de nomeação do gestor e fiscal de contratos;
2. Capacitação dos gestores e fiscais de contratos;
3. Definições dos locais onde devem ser entregues os itens;
4. Realizar uma análise de riscos para identificar possíveis obstáculos e adotar estratégias para mitigá-los (Providência a ser adotada pela Diretoria Geral);
5. Elaborar um Termo de Referência que detalhe as especificações técnicas, critérios de aceitação, prazos e demais condições da contratação (Próxima providência a ser concluída);
6. Submeter a autuação e os documentos que comporão esta contratação à análise jurídica, a fim de assegurar que a contratação esteja em conformidade com a legislação vigente e proteja os interesses da Administração. (Providência a ser adotada antes da homologação).

**12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Atualmente a Câmara Municipal de Extrema não possui nenhum contrato para esse objeto.

**13. IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL.**

A presente contratação envolve o fornecimento de materiais de construção civil para pequenas reformas e adaptações no imóvel locado pela Câmara Municipal de Extrema. Ainda que os impactos ambientais sejam considerados de baixo potencial, por se tratar de uma obra de pequena escala e natureza pontual, é importante adotar práticas responsáveis e sustentáveis durante a execução.

Dentre os possíveis impactos ambientais estão o descarte inadequado de sobras de materiais (como sacos de cimento, embalagens plásticas e restos de argamassa), geração de resíduos sólidos e consumo de recursos naturais. Para mitigar esses efeitos, poderão ser observadas medidas como a destinação correta dos resíduos gerados, conforme normas municipais e ambientais vigentes, e a separação adequada para fins de reciclagem ou reutilização.

Sempre que possível, os materiais deverão ser aproveitados de forma eficiente, com redução de perdas no canteiro de obras.

Durante a execução das reformas, poderá ser priorizado o uso consciente de energia elétrica, água e insumos, com foco na eficiência energética e na redução do consumo de recursos. Também se recomenda a escolha de materiais com menor impacto ambiental em sua produção, transporte ou descarte.

Tais práticas asseguram que a execução do objeto ocorra com responsabilidade ambiental, em consonância com os princípios da sustentabilidade e da gestão eficiente dos recursos públicos.

**14. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa pelo ***menor preço global*** conforme Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, execução imediata. Execução imediata é aquela que deve ocorrer em até 30 dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento (A.F.). As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeiro são as usuais para a generalidade dos objetos.

**15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Diante da análise abrangente dos aspectos técnico, socioeconômico e ambiental, **concluo que a contratação do objeto é viável**. A escolha reflete uma abordagem estratégica que leva em consideração não apenas a eficiência operacional, mas também a responsabilidade financeira. A proposta de contratação está alinhada aos interesses e objetivos da Câmara Municipal de Extrema, assegurando uma gestão eficiente, econômica e sustentável, atendendo de forma adequada à necessidade a que se destina. Assim, a aquisição proposta é plenamente compatível com as exigências institucionais e contribuirá para o aprimoramento da gestão pública local.

Extrema, MG, 16 de julho de 2025.

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_TAMIRES NUNES DA SILVA ALBERTINI |
| DIRETORA GERAL |

**DESPACHO**

APROVO, na íntegra, esse ETP.

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA |
| PRESIDENTE |

**ANEXO IV - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. A documentação referida a seguir poderá ser:
2. apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;
3. substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei 14.133/2021.
4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

1. Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** pertinentes ao ramo do objeto da DISPENSA são os seguintes:

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**I – HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**II – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – **CNPJ**/MF;
2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
3. Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da **União**;
4. Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei n° 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes;
5. Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
6. Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

Obs.: As **provas de regularidades** poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

**III – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
2. Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

**IV – DECLARAÇÃO CONJUNTA:** Deverá ser apresentada em conformidade com o anexo deste aviso.

**ANEXO V: PLANILHA ESTIMADA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS COM ANÁLISE CRÍTICA DOS DADOS COLETADOS (PREÇOS MÁXIMOS).**

* A presente pesquisa de preços tem por finalidade levantar os valores praticados no mercado para a aquisição de materiais de alvenaria, com o objetivo de subsidiar a instrução do processo licitatório a ser conduzido pela Câmara Municipal de Extrema/MG, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.
* Foram encaminhados, por meio eletrônico, seis pedidos de cotação de preços. Os fornecedores foram selecionados por constarem na base de dados da Câmara Municipal de Extrema ou por já terem fornecido anteriormente ao órgão, atendendo plenamente à logística requerida pela Administração, não havendo, até o momento, qualquer fato que os desabone.

Os fornecedores H Gonçalves da S Vendas, Ana Paula Ferreira Silva e Casa da Lavoura responderam o pedido de cotação.

* Também foi realizado contato via aplicativo de mensagens com as seguintes empresas: ABC da Construção, DAC Materiais de Construção e JS Materiais de Construção.

O orçamento da empresa ABC da Construção foi desconsiderado por não apresentar os valores unitários dos itens.

A empresa JS Materiais de Construção não respondeu o pedido de cotação.

* No orçamento da empresa DAC Materiais de Construção:
* Item 22: valor por quilo = R$ 59,50 → valor para 0,5kg: R$ 59,50 x 0,5 = R$ 59,50
* Foi realizada consulta ao Painel de Preços do Governo Federal, ferramenta oficial que consolida dados de contratações públicas homologadas. Foram identificadas contratações com objetos semelhantes ao pretendido, sendo considerada a mediana dos preços encontrados como referência.
Para os itens mencionados, foram realizados os seguintes cálculos a partir dos valores unitários obtidos:

Item 04: valor por litro = R$ 14,90 → valor da lata de 18L: R$ 14,90 × 18 = R$ 268,20

Item 22: valor por quilo = R$ 17,00 → valor para 0,5Kg: R$ 17,00 x 0,5 = R$ 8,50

* Realizou-se também pesquisa no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), identificando contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública, conforme demonstrado a seguir:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| *Itens* | *Contratação* | *Órgão* | *ID de Contratação* |
| 01, 02, 06, 10 | Edital nº 1/2025 | Município de Frederico Westphalen – RS | 87612917000125-1-000035/2025 |
| 03, 07, 11 | Edital nº 29/2025 | Município de Sapopemba – PR | 76167733000187-1-000082/2025 |
| 04, 08 | Edital nº 012/2025 | Município de Tarabi – SP | 44873396000157-1-000014/2025 |
| 05 | Edital nº 31/2025 | Município de Jeriquara – SP | 453533315000150-1-000084/2025 |
| 09 | Edital nº 4/2025 | Município de Divina Pastora – SE | 13108733000196-1-000006/2025 |
| 12 | Edital nº 046/2025 | Município de Garça – SP | 44518371000135-1-1000074/2025 |
| 13 | Edital nº 028/2025/PMP/2025 | Município de Pesqueira – PE | 10264406000135-1-000064/2025 |
| 14, 17 | Edital nº 008/2025 | Município de Cachoeira de Minas – MG | 18675959000192-1-000045/2025 |
| 15, 16, 19 | Edital nº 00000125/2025 | Município de Belo Vale | 18363937000197-1-000001/2025 |
| 18 | Aviso de Contratação Direta nº 29/2025 | Município de Malta – PB | 09151861000145-1-000052/2025 |
| 20, 21 | Edital nº PE 25/2025 | Município de Itaiópolis – SC | 83102517000119-1-000027/2025 |
| 22 | Edital nº 036/25/2025 | Universidade de Taubaté -SP | 45176153000122-1-000127/2025 |

Para o item mencionado, foi realizado o seguinte cálculo a partir do valor unitário obtido:

* Item 22: valor por quilo = R$ 59,50 → valor para 0,5kg: R$ 59,50 x 0,5 = R$ 59,50
* Para maior robustez na pesquisa, foi realizada complementação da amostra por meio dos sites de comércio eletrônico listados abaixo. A inclusão se justifica pela ampla abrangência, atualização em tempo real e acesso público, permitindo comparar os valores locais com os praticados no mercado nacional.

Sites consultados:
• [www.leroymerlin.com.br](http://www.leroymerlin.com.br)

• [www.atacadaodaareia.com.br](http://www.atacadaodaareia.com.br)

• [www.ducacec.com.br](http://www.ducacec.com.br)

• [www.lojaqualitytubos.com.br](http://www.lojaqualitytubos.com.br)

• [www.cemporcentometais.com.br](http://www.cemporcentometais.com.br)

Para os itens mencionados, foram realizados os seguintes cálculos a partir do valor unitário obtido:

* Item 06: valor da dezena = R$ 8,90 → valor unitário: R$ 8,90 / 10 = R$ 0,89
* Item 22: valor por quilo = R$ 30,28 → valor para 0,5kg: R$ 30,28 x 0,5 = R$ 15,14
* Por fim, registra-se que a Câmara Municipal de Extrema não possui atualmente contrato vigente referente à aquisição materiais de alvenaria, o que reforça a necessidade da presente pesquisa de referência de preços.
* **Observação:** *para a apuração do valor estimado da contratação foi utilizada a mediana entre os preços considerados válidos, como método de definição da referência. A mediana constitui uma medida de tendência central, representando neste caso, o preço praticado no mercado.*

**ANEXO VI – MATRIZ DE RISCO**

**PRC 103/2025 – DISPENSA 09/2025**

## 1. DADOS DO PROCESSO LICITATÓRIO

**Resumo do Objeto:**

**Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para fornecimento de: **ITEM 01** – 50 (cinquenta) sacos CIMENTO CP2, SACO 50KG; **ITEM 02** – 10 (dez) M³ de areia média; **ITEM 03** – 05 (cinco) M³ de pedrisco misto; **ITEM 04** – 03 (três) unidades de 18 L de aditivo plastificante concentrado para argamassa; **ITEM 05** – 03 (três) unidades de 18 KG de adesivo de alto desempenho para argamassas e chapiscos (resina sintética); **ITEM 06** – 50 (cinquenta) unidades de tijolinhos de barro maciço, medidas aproximadas 4,3x9,1x18 cm; **ITEM 07** – 10 (dez) unidades de tábuas de pinus. Medidas aproximadas: largura 30cm, comprimento 03m; espessura: 02 cm; **ITEM 08** – 01 (uma) unidade de vergalhão de ferro redondo 3/8 – 10mm. Comprimento: 12 metros; **ITEM 09** – 01(uma) unidade de 01 kg de adesivo estrutural de base epóxi média fluidez; **ITEM 10** – 05 (unidades) de barras de 06 metros de tubo de esgoto 40mm; **ITEM 11** – 05 (cinco) unidades de anel de vedação de borracha para tubo de esgoto 40mm; **ITEM 12 –** 01 (um) frasco com 175g de cola para PVC; **ITEM 13** – 02 (duas) unidades de madeirite plastificado, medidas aproximadas 2m20cmx 1m10cm. Espessura 10mm; **ITEM 14** – 03 (três) unidades de grelha de ferro para drenagem. Mecidas: largura 20cm x 1m de comprimento; **ITEM 15** – 02 (duas) unidades de barras de 06m de tubo galvanizado redondo 2” espessura 1,25; **ITEM 16** – 01 (uma) unidade de barra de 06 m de tubo galvanizado redondo 1.1/4”, espessura 1,25; **ITEM 17** – 02 (duas) unidades de barras de 06 m de metalon galvanizado retangular. Medidas: 50x30 mm. Espessura 1,25; **ITEM 18** – 04 (quatro) unidades de barras de 06 m de metalon galvanizado. Medidas: 50x20mm. Espessura 1,25; **ITEM 19** – 04 (quatro) unidades de cotovelo galvanizado 1.1/4”; **ITEM 20** – 04 (quatro) unidades de disco de corte diamantado para multimaterial de 4.1/2”; **ITEM 21** – 01 (uma) unidade de disco Flap grão 40 de 4.1/2”; **ITEM 22** – 0,5 Kg de eletrodo 6013 2.1/2”.

**2.** Durante a fase de Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor, identificaram-se os seguintes riscos:

**Risco 01**

Refere-se ao atraso no procedimento licitatório. A probabilidade foi considerada baixa e o impacto alto, o que pode resultar no atraso da abertura do procedimento. Como ação preventiva, recomenda-se observar atentamente a necessidade de preenchimento da requisição inicial disposta no site da Câmara Municipal de Extrema, na aba "Servidor – Requisição de objeto e justificativa", sendo o responsável o requerente. Como ação de contingência, o chefe imediato do requerente deve tomar as providências necessárias para o correto preenchimento e entrega da requisição ao setor de compras no menor prazo possível, permitindo a realização da licitação.

**Risco 02**

Trata da utilização indevida da dispensa de licitação, com probabilidade baixa e impacto alto. O dano potencial é o fracionamento de licitações. A ação preventiva é verificar o gasto de despesas previstas no ano para objetos semelhantes, sob responsabilidade da Diretoria Geral, Jurídico e Alta Administração. Em caso de ocorrência, a contingência consiste em suspender o processo de dispensa e adotar a modalidade licitatória cabível, com responsabilidade do Jurídico e da Alta Administração.

**Risco 03**

Refere-se à descrição do objeto com indicação de marca sem fundamentação, com probabilidade baixa e impacto alto. Isso pode gerar restrição à competitividade, nulidade e retrabalho, além de responsabilização dos gestores. A ação preventiva é justificar previamente a indicação de marca, sendo responsáveis o Presidente da Câmara e o Jurídico. Em contingência, se identificado antes da licitação, deve-se suspender o processo e elaborar a justificativa. Se após a licitação, deve-se avaliar o impacto na competitividade, especialmente quanto ao número de licitantes.

**Risco 04**

Diz respeito à estimativa de preço em descompasso com os valores de mercado, com probabilidade baixa e impacto alto. O dano pode ser a contratação por preço elevado. Como ação preventiva, deve-se realizar uma pesquisa de mercado extensa e adequada, sob responsabilidade do Orçamentista, CPL e Jurídico. Caso o preço esteja elevado, a contingência é negociar a redução dos valores propostos com base nos valores do contrato atual, também sob responsabilidade do Orçamentista, CPL e Jurídico.

**3**. Na fase de **Gestão do Contrato**, foram identificados os seguintes riscos:

**Risco 01**

Refere-se à contratada deixar de atender às condições econômicas ou técnicas exigidas. A probabilidade é baixa e o impacto médio, com risco de inexecução e rescisão do contrato. A ação preventiva consiste na fiscalização do contrato, garantindo qualidade técnica e manutenção das condições de habilitação, sendo o responsável o fiscal ou gestor de contratos. Em caso de contingência, deve haver comunicação reiterada com a empresa e, se não houver regularização, abertura de processo administrativo, aplicação de penalidades e rescisão contratual, podendo-se convocar o segundo colocado. Responsáveis: Fiscal, Gestor de Contratos e Presidente da Câmara.

**Risco 02**

Refere-se à prestação de serviço insatisfatória ou entrega de itens em desacordo. A probabilidade é baixa e o impacto alto. O dano é a interferência na qualidade dos serviços ou entrega deficiente de itens. A ação preventiva envolve comunicação clara com a empresa sobre os padrões exigidos. Caso necessário, rejeitar o serviço ou os produtos. Responsáveis: Almoxarife, Fiscal e Gestor de Contratos. Como contingência, deve-se manter comunicação reiterada e aplicar penalidades se necessário, sob responsabilidade do Gestor, Fiscal e Presidente da Câmara.

**Risco 03**

Aborda a contratação de empresa impedida de contratar com a Administração. A probabilidade é baixa e o impacto alto, com possível problema na execução do contrato. Como ação preventiva, deve-se pesquisar o CNPJ da empresa no TCU – Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, sob responsabilidade da CPL. Em caso de contingência, se identificada sanção impeditiva, a empresa deve ser excluída do processo de dispensa, também sob responsabilidade da CPL.

## 4. ANÁLISE FINAL

## A elaboração do presente Mapa de Riscos visa atender aos princípios do planejamento, da eficiência, da transparência e da integridade da Administração Pública, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021. Ainda que se trate de contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do Art. 75 da referida Lei, é imprescindível a identificação e avaliação dos riscos envolvidos, bem como a definição de medidas de mitigação, com o objetivo de resguardar o interesse público e prevenir eventuais irregularidades no processo.

## 5. CIÊNCIA E APROVAÇÃO

Declaro ter ciência dos riscos envolvidos e das medidas mitigadoras apresentadas neste documento.

Extrema, MG, 15 de julho de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
TAMIRES NUNES DA SILVA ALBERTINI
DIRETORA GERAL

**ANEXO VII – DECLARAÇÃO**

**PRC 103/2025 – DISPENSA 09/2025**

A empresa XXX, inscrita no CNPJ Nº XXX, através de seu representante legal abaixo assinado **DECLARA:**

**(x)** Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

**(x)** Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**(x)** Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante. Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

**(x)** Que a minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

**(x)** Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

**(x)** Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

Extrema, MG, XX de XXX de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome / Assinatura Responsável